

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (IEL)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM (IEL), REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2018

No dia três de outubro de dois mil e dezoito às dezoito horas e quarenta e dois minutos, no corredor na frente da livraria do IEL, sob presidência de Lucas Bernardes e havendo quórum de vinte e duas pessoas, o Centro Acadêmico da Linguagem declara aberta a assembleia. **I Aprovação da Ata** – em apreciação, em votação, a ata é aprovada por unanimidade. **Expediente.**

II PAUTA – 2.1 CORTE DE BOLSAS DA CAPES E FAPESP – 2.1.1 Na abertura de ponto, é dito que houve uma discussão na lista de e-mails da pós-graduação após o envio de uma carta aberta e os RDs responderam isso com uma nota. **2.1.2** É informado que alguém lerá a primeira carta escrita na Congregação. **2.1.3** A carta que foi assinada por seis pessoas é lida para as pessoas presentes na assembleia. Para fins de ciência e de esclarecimento, esta é a carta aberta:

Campinas, 26 de setembro de 2018

Carta aberta à Congregação do IEL

Nós, discentes do programa de pós-graduação em Teoria e História Literária, profundamente consternados pelas dificuldades socioeconômicas com as quais nos deparamos no decorrer dos anos de pesquisa sem financiamento por parte das agências de fomento, e forçados a conciliar a necessidade de trabalho e o amor pelo estudo e pela pesquisa, viemos a público expor a atual situação financeira da maioria dos alunos do programa.

Chamamos a atenção para o fato de que a manutenção de uma posição de destaque do Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária, por exemplo, CAPES nota 7, só poderá ser mantida com um apoio financeiro consistente para seus mestrandos e doutorandos. Diante do fato elementar de que um programa de pós-graduação é constituído de objeto de pesquisa, orientadores e orientandos – nós, os últimos e sujeitos à vulnerabilidade, concomitante à exigência de qualidade de pesquisa e publicação, propomos não só um debate sobre a situação, como a constituição de um fundo especial para financiamento de bolsas especialmente para os Programas de Pós-Graduação do IEL.

Tal fundo seria gerido paritariamente, por docentes e discentes do instituto, com representatividade paritária. Esse gesto garantirá o acesso mais democrático à pesquisa e produção de conhecimento original e autoral, seguramente validado por publicações relevantes.

Em recente artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo, expuseram os reitores das três universidades públicas do Estado:

USP, Unicamp e Unesp – as três universidades constituem um dos maiores patrimônios paulistas. Financiadas com recursos provenientes da arrecadação estadual do ICMS, cumprem com excelência sua missão de formar pessoas altamente qualificadas, de promover o avanço científico e tecnológico, e de transferir os resultados de suas pesquisas para a sociedade na forma de novos produtos, serviços e políticas públicas
(Folha de S. Paulo. 17/9/2018, Página A3, Tendências).

Têm razão os três reitores quanto ao cumprimento da missão da universidade. E para melhor cumprir essa missão, as universidades precisam de verba, sim. Mas não pode ser excluída do horizonte a necessidade de um fundo que garanta bolsas para atender à demanda discente, uma vez que os jovens pesquisadores precisam de tempo de investimento em estudo para chegarem ao ponto de estarem “altamente qualificados e capazes de promover o avanço científico e tecnológico”, como anunciado. Nesse sentido, a sobrevivência das universidades públicas paulistas, nas suas estruturas físicas e funções pedagógico-científicas, parece ser alimentada por mais uma substância:

Os chamados fundos patrimoniais, cuja associação a instituições públicas acaba de ser autorizada por medida provisória, apresentam-se como uma interessante fonte adicional de financiamento estável e de longo prazo para as estaduais paulistas. Isso não significa, contudo, que elas devam deixar de lutar por mais recursos oriundos do Tesouro do estado (Idem).

Faz parte do universo científico e tecnológico “transferir os resultados de suas pesquisas para a sociedade” na forma de ensino, cujos os Institutos de Humanidades e Artes exercem um papel fundamental na formação básica dos cidadãos. Reflitamos. Pensar, fazer trabalho crítico, investigativo é necessário para a preservação da história. Mas é preciso mais. É preciso fazer trabalho criativo, novo e transformador. Para tanto, deve ser possível e necessário arriscar-se e saber que aquilo que se pensa não deve estar sempre amarrado a responsabilidades, a limites de factibilidade ou possibilidade de realização estreitados pela penúria. É justamente neste sentido que a arte leva o caos para o seio da ordem. Ou que

a pesquisa pode e deve abrir a possibilidade de inserir uma cunha de diferença, ou desordem, para que o conhecimento possa renovar-se, transformar-se, para além de sua preservação e continuidade.

A universidade tem um papel importante na sociedade, que é o de construção de conhecimento, de pesquisa, afora a formação de novos quadros para as mais diferentes funções - sempre entendidas como de responsabilidade intelectual acentuada, sejam os quadros empregados na formação dos mais jovens, portanto no ensino, seja em outras múltiplas funções que requerem informação atualizada, repertório abrangente, formação engajada com um respeito ao cidadão que está na base de todo exercício da cidadania, estimulando sempre - e esta é a função primordial, visceral da universidade, o novo, a criatividade. A universidade é conservação e preservação da memória, é formação, é estímulo para a criatividade e criação.

Este delineamento serve para limitar o âmbito da atuação da universidade. Ela tem um papel que obviamente inclui, já pelos sentidos apontados, o atendimento à comunidade. Mas a comunidade primeira a ser atingida e formada é a própria, aquela que frequenta a universidade nas suas diferentes funções.

Assinam a presente carta,

Amanda Fievet Marques

Ariana Zilioti

Clarissa Catarina Barletta Marchelli

Marcos Roberto Grassi

Mariane Tavares Sousa

Rodrigo Oliveira Salles

~~Pilar Lago e Lousa~~

2.1.4 Abrindo mão de que os docentes financiassem essas bolsas e após críticas referentes a algumas informações errôneas na carta e sobre como a carta foi assinada, é escrita uma nova carta, dessa vez por mais discentes, para a Congregação. **2.1.5** Alguns e-mails foram em defesa da carta, enquanto que outros não. Os RDs produziram uma nota em resposta. Para fins de ciência e de esclarecimento, esta é a nota escrita pelos representantes discentes:

Contribuição ao debate sobre financiamento de bolsas de pós-graduação no Instituto de Estudos da Linguagem

Nós, Representantes Discentes do Instituto de Estudos da Linguagem abaixo-assinados, aproveitamos a reflexão fomentada por outros estudantes sobre o financiamento de bolsas de pós-graduação e levantamos alguns elementos que a problemática que esse tema deve envolver de forma a nos posicionarmos contrariamente à proposta expressa na carta. Reiteramos, ainda, que a presente contra-proposta não visa inibir uma discussão que se mostra produtiva perante o cenário hodierno, mas fomentá-la a partir do diálogo entre os discentes de forma representativa antes de efetivamente lançar alguma recomendação. Nesse sentido, já propomos, logo de início, uma reunião com os discentes para podermos elaborar uma moção sobre o tema, a ser agendada ainda esta semana. Assinam esta carta também os representantes discentes dos cursos de graduação, pois as bolsas de Iniciação Científica estão contempladas no debate sobre o desmonte universitário. Ademais, defendemos o que segue.

Em primeiro lugar, reconhecemos a dificuldade financeira atual que uma parcela importante dos pós-graduandos enfrenta na realização dos seus cursos de pós-graduação.

Em segundo lugar, em termos breves, entendemos também que as dificuldades financeiras encontradas decorrem, além da realidade atual de desemprego e de outros fatores socio-políticos, da diminuição da oferta de bolsas de pós-graduação pela CAPES, pelo CNPq e pela Fapesp. Nesse sentido, é válido, também, considerar que perante a construção de uma universidade mais democrática, com a inclusão de políticas afirmativas nos programas de Linguística, Linguística Aplicada e Teoria e História Literária, as questões que versam sobre permanência são cada vez mais urgentes.

Além disso, entendemos que a diminuição de bolsas está relacionada fortemente com o desmonte neoliberal das instituições públicas com fins privatizantes. Esses projetos abrangem, dentre outros eventos e processos: em nível nacional, a entrada em vigor, em 2017, da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos por 20 anos; em nível mais estadual, o subfinanciamento das universidades públicas paulistas, insuficiente para as demandas dessas instituições; a diminuição de verbas federais para órgãos que oferecem bolsas de pós-graduação; etc.

Não é novidade, mas é importante salientar que os processos de flexibilidade ou austeridade financeira e trabalhista, assim como os processos de desmonte das instituições públicas têm como fim a possibilidade neoliberal de privatização e a satisfação dos interesses de lucro das corporações empresariais. Nesse sentido, por exemplo, a autonomia do conhecimento e as finalidades sociais da Universidade tornam-se essencialmente inconciliáveis com essa intervenção do interesse privado na coisa pública.

Ademais, também não é inédito que a falta de fontes públicas de financiamento é utilizada largamente como justificativa governamental para recorrer ao financiamento privado, ainda que a longo prazo. Os técnicos do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP), por exemplo, reconheceram recentemente, “a partir de dados concretos, que a arrecadação do ICMS em 2018 deve ser maior do que o previsto pela Secretaria da Fazenda do Estado de SP” (<http://www.adunicamp.org.br/reuniao-tecnica-comprova-crescimento-na-arrecadacao-forum-cobra-agendamento-de-negociacao/>), de modo que esse argumento não fundamenta a negação do reajuste efetivo (considerando as perdas inflacionárias) aos docentes das Universidade Públicas Paulistas.

O livro linkado a seguir, bem como a notícia sobre seu lançamento, indicam fortemente a materialidade dos projetos privatizantes à guisa de “repensar” a universidade pública por meio, nesse caso, da métrica das avaliações: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/224/203/937-1>; <http://agencia.fapesp.br/livro-reune-recomendacoes-sobre-metricas-de-avaliacao-das-universidades-/28390/>

No mais, para o adensamento sobre os problemas da proposta de fundos patrimoniais, reportamo-nos a um informativo do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, ao qual a Associação dos Docentes da Unicamp é associada) com nota contra projetos de Lei de fundos patrimoniais <http://www.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-inf-803727796.pdf>

Lembramos, ainda, que a larga adoção de fundos patrimoniais para o financiamento é defendida neste momento na Unicamp por coletivos políticos de caráter neoliberal, reacionário e conservador, que disputam a direção de entidades representativas da Universidade,

apoiando declaradamente, por exemplo, a medida provisória recentemente editada pelo governo Temer a favor de tais fundos, tendo estes o suposto objetivo da manutenção do patrimônio histórico, contra o qual o neoliberalismo de Temer e de outros governos contribuíram para incendiar.

Defendemos, contra a precarização das condições de trabalho e de estudo, a luta e a mobilização de estudantes e trabalhadores de dentro e de fora da Universidade, na direção da construção coletiva de propostas contra o subfinanciamento das universidades públicas e contra os projetos políticos que o defendem. A carreira docente, o acesso à educação e a permanência estudantil são temas altamente relacionados com esse debate permanente, em plena discussão na Unicamp, mas também nos projetos partidários, que têm debatido a questão da dívida pública e sua relação com o investimento na saúde, na educação, nos direitos trabalhistas, entre outros.

Sem mais, assinam esta carta:

Rafahel Jean Parintins Lima (RD do Departamento de Linguística)

Giulia Mendes Gambassi (RD da Congregação do IEL e da Comissão de Pós-graduação
em Linguística Aplicada)

Gabriela Beduschi Zanfelice (RD da Congregação do IEL e do Departamento de Teoria
Literária)

Gabriel Philipson (RD do Departamento de Teoria Literária)

Floriza Fernandes (RD do Departamento de Teoria Literária)

Rodrigo Octávio Cardoso (RD do Departamento de Teoria Literária)

Vitória Bonuccelli Heringer Lisboa (RD da Congregação, do Departamento de
Linguística e da Comissão de Graduação)

Paula Garcia Corrêa (RD da Biblioteca)

Guilherme de Faria Rodrigues (RD da Comissão de Pós-Graduação)

Anexo

Vídeo de debate na Adunicamp sobre a *crise de financiamento das universidades estaduais paulistas: contexto político-econômico e impactos*: <http://www.adunicamp.org.br/a-crise-de-financiamento-das-universidades-estaduais-paulistas-contexto-politico-economico-e-impactos/>

2.1.6 É questionado para uma das pessoas que assinou a segunda carta que houvesse um esclarecimento. **2.1.7** É respondido que uma das autoras das primeiras cartas pediu para que a carta fosse lida e são feitos esclarecimentos a respeito da sequência de acontecimentos entre a divulgação das cartas. É esclarecido que não houve intenção de impor algo entre a categoria discente, como autoritarismo, e que a ideia não era defender os fundos patrimoniais. É dito que o interesse é a discussão da escassez de bolsas e a necessidade de dinheiro; e que há dúvida no que concerne os fundos patrimoniais. **2.1.8** É dito que um dos problemas não foi o bloqueio da carta, mas sim como ela foi formulada, uma vez que estava assinada como “os discentes da Teoria Literária”, mas não houve um momento de diálogo coletivo com os outros estudantes. A primeira tentativa foi discutir a questão das bolsas e fazer um tipo de reivindicação que fizesse sentido coletivamente. **2.1.9** Uma das questões foi que o DTL tem nota sete mas é o que menos recebe bolsas. E disso saiu que fosse escrito algo para a CAPES sobre essa questão. **2.1.10** Como primeiro ponto, é dito que é importante saber de onde está vindo o dinheiro que financia as nossas pesquisas. Então são colocados problemas referentes a proposta de colocar um fundo patrimonial. A criação de um fundo abre a possibilidade de que haja congelamento, o que seria um perigo imediato; nesse sentido ainda, um problema específico de um financiamento privado de pesquisa, é mencionado o exemplo do ocorrido na faculdade São Francisco da USP – em que houve um escritório que financiou uma reforma de um prédio e, no ano seguinte, surgiram disciplinas referentes a coisas comerciais. Em relação ao ponto de “ninguém vai comprar nossa pesquisa”, é questionado quem financiaria essas pesquisas de teoria literária; então é colocada a questão da pesquisa ser colocada como mercadoria, a partir do pensamento neoliberal, e que as pesquisas desenvolvidas do IEL não tem uma função prática, como pesquisas cirúrgicas ou medicinais. Então, é afirmado que a CAPES tem que ser pressionado, pois o financiamento tem que vir dessas agências. **2.1.11** É comentado sobre o financiamento do Instituto de Computação, colocando o exemplo de pesquisas financiadas pela Motorola, que inclusive financiou um prédio aqui da UNICAMP. Há empatia da questão do imediato, que é precisar de dinheiro para viver. Mas é colocado que as bolsas são tentadoras, por serem de um valor maior do que normalmente vemos, mas há ônus no que concerne as contratações e as pesquisas. Tudo que é desenvolvido ali não é da UNICAMP, é dessas instituições privadas e estas ditam mercadologicamente o que é mais interessante. Ademais, é colocado um ponto sobre o processo de representatividade e a importância de um espaço democrático de deliberação. É colocado que a carta deveria ter passado entre os discentes, antes de ser colocado diante da Congregação ou dos departamentos, e a importância da organização da categoria discente, de forma alinhada e bem estruturada. É

preciso saber mais sobre as questões burocráticas. **2.1.12** É lida uma troca de e-mails entre as autoras e uma estudante da pós-graduação. E foi pedido que a carta do dia 13 de setembro de 2018 fosse lida. **2.1.13** Não é escolha poder optar por um fundo privado, e sim imposição. **Proposta de encaminhamento:** escrever uma nota de esclarecimento para ser lida na Congregação, colocando que isso não representa a categoria discente como um todo; no caso de retirada do ponto da pauta e, se a pessoa insistir em ler, ler a carta dos RDs citada anteriormente. **É consenso** desta assembleia que uma das RDs da pós-graduação, que também é representante discente da Congregação, que estará na Congregação no dia seguinte fará algo no caso da pessoa insistir em ler a carta. **2.1.14** Há apoio em relação a proposta de encaminhamento e é dito que a postura de ir atrás do diretor do IEL para ter uma conversa antes de acontecer esse espaço deliberativo não parece certa. **2.1.15** Voltamos ao ponto de quem investiria em estudantes do IEL. É retomado que, no contexto brasileiro, é um risco grande tomar esse financiamento e voltar atrás em espaços públicos e no que já foi nos dado. **2.1.16 Dúvida:** O que é o fundo patrimonial? É respondido sobre o exemplo das universidades estadunidenses. E depois é retomado o ponto de financiamento de institutos como o de Computação e de Biologia. **2.1.17 Dúvida:** Diante de que será levada uma carta para a Congregação amanhã, a defesa é da ampliação ou do fundo patrimonial em si? É respondido que a discussão é sobre as bolsas e da possibilidade do que é o fundo patrimonial. **2.1.18** São retomadas questões como cotas na pós-graduação, pautas da greve de 2016 e as lutas do movimento estudantil. É colocado o posicionamento de ser completamente contra a leitura de uma carta amanhã na Congregação, partindo de uma posição de experiência prévia como representante discente nesse espaço. É preciso debater a carta e estar munido de argumentos antes de apresentar uma carta na Congregação. Se for decidido que não haverá a leitura dessa carta, então é considerado como golpe se isso acontecer de qualquer jeito – mesmo se um professor ceder sua fala para que isso seja lido na Congregação. **2.1.19** É preciso ter cuidado com o nome da pauta e da carta, por conta disso chegar na reitoria e ser entendido como uma vontade de privatização da universidade por parte dos estudantes. É colocado que assembleia é o lugar de começar a conversar, e não na Congregação. É colocada a diferença entre aceitar e sugerir, uma vez que nunca houve oferta para tal coisa ser aceita. **2.1.20** É reiterada importância de se posicionar direito nesse espaço da Congregação e é colocado que deveria haver uma conversa com os representantes discentes, já que há uma conversa sobre essa pauta ocorrendo nos departamentos. Não há condição de apresentar uma carta sem saber exatamente qual é a proposta. É comentado que os professores sempre sugerem diminuir a entrada de estudantes, já que há poucas bolsas disponíveis. É comentado sobre a entrada de

cotistas na pós-graduação e que isso é mais um motivo para debater ainda mais essa pauta, já que o problema só se agrava. **Proposta de encaminhamento:** Marcar reuniões para discutir a pauta em questão. **É consenso** que isso será tarefa do grupo de representantes discentes, como parte do que será feito pelo GT em si. **2.1.21** É esclarecido que o gênero de carta aberta não é um convite ao debate, mas sim uma deliberação. É apoiado o ponto do momento histórico em que estamos vivendo. O discurso da crise do financiamento não vai embora e que é preciso pensar em como tornar a universidade mais autossustentável. **Dúvida:** Como funciona a FUNCAMP? É comentada a aplicação de um teste de proficiência no CEL e para onde vai o dinheiro que sobra do pagamento que as pessoas fazem para realizar a prova, já que o que os professores e aplicadores de prova recebem é um valor muito baixo do total. **2.1.22** Sobre a FUNCAMP, é comentado a luta da Moradia e como é difícil de compreender o funcionamento dessas coisas. É dado o exemplo da Moradia da UNICAMP e das bolsas auxílio da universidade. **2.1.23** É esclarecido alguns pontos referentes ao fundo patrimonial. E a fala se coloca contra a leitura da carta amanhã. **Proposta de encaminhamento:** Formulação de uma carta para a CAPES e a continuação de discussão dessa pauta. **É consenso** que isso também será feito pelo GT. **2.1.24 Proposta de encaminhamento:** Ser formado um grupo de RDs e outras pessoas, para discutir e elaborar uma carta; depois o CAL pode puxar uma assembleia geral no estilo de Congresso, para garantir que a carta passe pelo corpo estudantil como um todo e que haja uma pesquisa por trás disso. Ou seja, publicar a carta anteriormente e discutir o texto com profundidade, para fazer qualquer tipo de reformulação que for necessária. **É consenso** que o CAL marcará essa assembleia e publicará a carta com antecedência, assim que os RDs e o GT indicarem uma data para tal. **2.1.25** Ficou claro que o debate foi sobre a carta e como se portar no debate estudantil. **2.1.26 Dúvida:** Em que medida se deu a procura pelo diretor do IEL? É respondido que a procura se deu na medida em que a pessoa não considerou democrático não poder ler a carta na Congregação amanhã e o diretor deixou claro que isso poderia ser feito por ser um espaço para discussão. Depois é colocado que uma carta tem que dizer, e não querer dizer. **2.1.27** É contemplado pelas falas referentes ao debate teórico. É retomada a questão da mobilização política e a representação discente que tem uma consequência prática posterior ao debate teórico que está ocorrendo agora. **2.1.28** É colocado que um fundo patrimonial é uma porta de entrada para a privatização. A carta é antidemocrática e que dizer isso não é um ataque pessoal, e sim categorizar a carta. É dito que problemas complexos demandam respostas complexas; que a FUNCAMP de fato é um mistério. É colocada a importância do trabalho de base, e não só ocupação de reitoria. **Proposta de encaminhamento:** Se a carta for lida amanhã,

tem que ler uma outra carta se colocando contra a primeira carta. **Proposta de encaminhamento:** Fazer um GT de Permanência, para pegar arrecadação de ICMS e afins. **É consenso** que o GT será criado, composto principalmente pelo grupo de representantes discentes. **2.1.29 Proposta de encaminhamento:** Fazer uma carta coletiva pedindo que se abrissem as contas da pós-graduação, para saber para onde são destinados esses recursos (viagens, auxílios, reparos, etc.) e as bolsas. **É consenso** que isso também será feito pelo grupo de RDs. **2.1.30 Proposta de encaminhamento:** Fazer uma votação rápida sobre ser ou não a favor da carta que será lida na Congregação. **Em regime de votação** sobre a leitura da carta amanhã na Congregação, todos se posicionam contrários. A primeira proposta em **2.1.28** é retirada.

Finda as discussões e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembleia às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, e eu, Julia Bahia Adams, coordenadora Geral do CAL, lavrei a presente ata que será submetida à aprovação dos presentes membros da Gestão do Centro Acadêmico.

Campinas, 28 de agosto de 2018.



JULIA BAHIA ADAMS

COORDENADORA GERAL DO CAL